



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

**TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2024/00154**

**OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de carregadores na Sede da Telebras.**  
**NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2024/00666**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA TELEBRAS - RELIC, ART. 24, INCISO I)**

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de carregadores na Sede da Telebras com fornecimento de todos os equipamentos necessários à perfeita execução do objeto;

1.2 Os serviços serão contratados conforme quantitativo especificado abaixo:

Item	Cargo	Quantidade de prestadores de serviço	Local de prestação dos serviços
01	Carregador	2 (dois)	Sede da Telebras

1.3 O regime de execução dos serviços será por meio de empreitada por preço global.

1.4 O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o previsto no art. 71 da lei nº 13.303 de 2016 e no art. 119 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS.

**2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO II)****2.1 Motivação**

2.1.1 Os serviços de Carregadores são considerados essenciais para o bom funcionamento da empresa, uma vez que proporcionam as condições necessárias para o bom desempenho laboral dos colaboradores da TELEBRAS. Nesse contrato são prestados serviços de movimentação de itens, montagem e desmontagem, além de pequenos reparos, como em cadeiras, purificadores de água, portas, entre outros, sem os quais não seria possível manter as condições adequadas no ambiente de trabalho;

2.1.2 Oportuno ressaltar que a TELEBRAS possui contrato vigente do referido serviço até fevereiro de 2025, momento em que findar-se-á o prazo contratual sem possibilidade de prorrogação, pois o atual contrato chega ao seu limite de 5 anos de prestação de serviço;

2.1.3 Posto isso, visando antecipar os possíveis problemas causados pelo fim do contrato atual, inicia-se o processo de contratação em tela a fim de possibilitar a continuidade do serviço.

**2.2 Alinhamento com os instrumentos de planejamento da TELEBRAS**

2.2.1 A pretensa contratação justifica-se para garantir a continuidade da prestação desse serviço que é classificado como essencial para o bom funcionamento da empresa;

2.2.2 Destaca-se que a renovação do atual contrato foi previsto no Plano Anual de Contratações (PLAC) para o ano de 2023, código verificador 220020, o qual está devidamente alinhado ao planejamento estratégico da TELEBRAS disponível em <https://www.telebras.com.br/conheca-a-telebras/plano-estrategico/>;



TLBREF202400154A

2.2.3 Ressalta-se que a contratação em questão será incluída no Plano Anual de Contratações (PLAC) para o ano de 2025, em momento oportuno, pois é sabido que no momento da contratação em tela o documento de 2025 está em fase de elaboração;

2.2.4 Ademais, cabe mencionar que a contratação em tela teve seus valores orçamentários previstos na PLOA 2025 da GLOG;

2.2.5 Segundo o Regimento Interno da TELEBRAS, artigo 25, inciso VII, compete à Gerência de Logística administrar os serviços de suporte na sede da TELEBRAS, quais sejam, a recepção, a confecção de cartões de visita e carimbo, a copeiragem, a limpeza/conservação, a manutenção predial, a segurança, dentre outros;

2.2.6 Desta forma, observa-se que a contratação em questão visa auxiliar a Gerência de Logística na consecução de suas atribuições regimentais;

2.2.7 As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pelo centro de custos da Gerência de Logística.

### **2.3 Benefícios esperados com a contratação/resultados pretendidos**

2.3.1 Garantir a continuidade da prestação do serviço de carregar, descarregar, transportar, dispor, organizar e executar pequenos reparos nos itens que forem necessários nas instalações da TELEBRAS.

2.3.2 Proporcionar um ambiente de trabalho adequado a todos os colaboradores da sede da TELEBRAS.

### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1 O objeto desse Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

3.2 Os serviços a serem contratados são de natureza continuada e se enquadram nos pressupostos do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (RELIC, ART. 24, INCISO III)**

4.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de carregadores na Sede da Telebras com fornecimento de todos os equipamentos necessários à perfeita execução do objeto;

4.2 Constituem elementos fundamentais aos serviços de carregadores residentes:

4.2.1 Mudança de layout na sede da Telebras;

4.2.2 Montagem e desmontagem de estações de trabalho;

4.2.3 Serviço de mobilização/desmobilização dos itens do almoxarifado e equipamentos;

4.2.4 Preparação/ organização das salas de reunião;

4.2.5 Manutenção de portas e fechaduras;

4.2.6 Manutenção dos purificadores de água;



4.2.7 Atividades gerais de carregamento e pequenos reparos correlatas a serem solicitadas pela Telebras.

4.3 Os serviços serão prestados na sede da TELEBRAS, atualmente localizada no SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A - Salas 201, 202 e 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP: 70610-440, Brasília - DF, no horário de funcionamento da empresa (*das 7h às 19h*), preferencialmente em dias úteis;

4.4 Em situações excepcionais, com o devido aviso prévio à CONTRATADA, os serviços de poderão ser executados em outros horários e locais indicados pela CONTRATANTE;

4.5 Os prestadores de serviço cumprirão carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, atendidos os requisitos das normas trabalhistas vigentes;

4.6 A empresa contratada deverá disponibilizar outros profissionais capacitados, que atendam aos requisitos de qualificação exigidos, para eventuais substituições nos períodos de ausências, justificadas ou não;

4.7 A concessão de férias, licenças, folgas, descansos semanais, recesso de final de ano, etc., atribuída aos profissionais alocados na execução, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre a cobertura dos postos;

4.8 A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I;

4.9 Os equipamentos listados no Anexo I deverão ser fornecidos no momento de início dos serviços e a sua reposição deverá ser realizada de acordo com o respectivo desgaste ou defeito, sem qualquer custo adicional para a TELEBRAS.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO IV)**

### **5.1 Da categoria profissional, jornada de trabalho e demais obrigações**

5.1.1 Obedecer ao Código Brasileiro de Ocupações - CBO: 7832-10 - Serviço de Carregadores. Descrição sumária da atividade: Efetuar cargas e descargas de itens; movimentar itens internamente; executar a montagem e desmontagem de mobiliário; executar pequenos reparos e manutenções;

5.1.2 A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

5.1.3 Os serviços deverão ser prestados das 7h às 19h horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, podendo ser ajustado de acordo com os interesses e as conveniências da TELEBRAS;

5.1.4 Caso haja necessidade de execução de algum serviço aos sábados, as horas trabalhadas poderão ser compensadas em regime de folga durante a semana de segunda a sexta-feira, não sendo devido, neste caso, à CONTRATADA, o pagamento dos serviços extraordinários;

5.1.5 A CONTRATADA deverá fornecer pessoal com as qualificações mínimas exigidas pela CONTRATANTE e também com perfil adequado para prestação de serviços;

5.1.6 A CONTRATADA será responsável pelo adimplemento da remuneração, benefícios e demais obrigações trabalhistas dos prestadores de serviços alocados na execução dos serviços.

### **5.2 Do Fornecimento de Uniformes**

5.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer conjunto de uniformes condizentes com as atividades a serem desempenhadas na TELEBRAS, sem qualquer repasse de custos para o prestador de serviço;

5.2.2 A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais durante a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes sempre limpos e em aparente estado de boa conservação, fornecidos às suas expensas;



5.2.3 Os uniformes deverão, obrigatoriamente, ser usados pelos empregados da CONTRATADA que forem desempenhar suas atividades na sede da TELEBRAS, cabendo a CONTRATADA a observância quanto ao cumprimento diário desta exigência;

5.2.4 Os uniformes deverão ser fornecidos aos prestadores de serviço que trabalharão na TELEBRAS antes do início da execução contratual, para que já iniciem suas atividades devidamente uniformizados;

5.2.5 Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente;

5.2.6 Os uniformes deverão ser entregues aos prestadores de serviço mediante recibo, cuja cópia, deverá ser enviada ao empregado da TELEBRAS responsável pela fiscalização do contrato;

5.2.7 Os uniformes a serem fornecidos estão especificados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL
1	Camiseta de algodão, preferencialmente em cor escura, com a inscrição da CONTRATADA	6
2	Calça jeans, na cor azul ou preta	2
3	Par de meias em algodão	6
4	Par de luvas de algodão com antiderrapante na palma da mão e dedos	2
5	Par de óculos de segurança constituído em policarbonato incolor	1
6	Par de botinas de segurança confeccionada em couro curtido, na cor preta, com biqueira de conformação termoplástica, elástico lateral, solado de poliuretano injetado diretamente ao cabedal com propriedade antiderrapante.	2

5.2.8 A CONTRATADA deverá fornecer a cada ano, uniforme completo (NOVO) a todos os profissionais, conforme as quantidades e a descrição constante no item 5.2.7 e no Anexo V, independente do estado de conservação em que se encontrar o uniforme.

### 5.3 Qualificação mínima exigida para os profissionais alocados na execução dos serviços

5.3.1 Formação escolar: ensino fundamental completo;

5.3.2 Competência técnica: experiência mínima de 06 (seis) meses, na ocupação para a qual será contratado. A experiência deverá ser comprovada por registro na carteira de trabalho do prestador de serviço ou outro meio idôneo;

5.3.3 Competência Comportamental: boa comunicação interpessoal; habilidade de relacionamento; trabalho em equipe; iniciativa/proatividade; dinamismo; auto-organização no trabalho; responsabilidade; adaptabilidade; atenção; cordialidade e simpatia no trato com o público; cooperação; e disciplina.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO V)



6.1 Os serviços de que tratam o objeto desta contratação serão prestados nas dependências da sede da TELEBRAS, no horário de funcionamento da empresa (7h às 19h);

6.2 Os serviços serão prestados em dias úteis (segunda a sexta-feira), de forma continuada;

6.3 Em situações excepcionais, com o devido aviso prévio à CONTRATADA, os serviços poderão ser executados em outros horários e locais indicados pela CONTRATANTE;

6.4 Os serviços serão disponibilizados pela CONTRATADA após o recebimento da autorização de início emitida pela CONTRATANTE, com previsão de início da execução em fevereiro de 2025;

6.5 A CONTRATADA deverá iniciar as atividades com todos equipamentos necessários ao desempenho do serviço contratado e com todos os funcionários uniformizados;

6.6 Durante a execução dos serviços será adotado o instrumento de medição de resultado, na forma do anexo II;

6.7. A CONTRATADA deverá providenciar, antes do início da execução do contrato, abertura de conta-depósito vinculada, conforme preconizado no Anexo XII da IN 05/2017 SEGES/MPDG.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (RELIC, ART. 24, INCISO VI)**

7.1 A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada por fiscal especialmente designado pela TELEBRAS, nos termos do disposto do artigo 132 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS;

7.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas pela equipe de fiscalização ou único empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

7.3 A equipe de fiscalização do contrato (fiscal, fiscal suplente e gestor do contrato) realizará a reunião inicial de alinhamento antes do início da execução do contrato;

7.4 Nesta reunião serão alinhadas as expectativas das partes envolvidas, explanadas as necessidades da TELEBRAS, fornecidas as orientações iniciais para execução dos serviços;

7.5 O fiscal do contrato designado deverá manter em registro próprio todos os eventos relevantes da contratação;

7.6 O descumprimento das obrigações contratuais poderá dar ensejo à abertura de processo sancionatório, sendo assegurado à CONTRATADA o pleno exercício do contraditório e ampla defesa;

7.7 O fiscal do contrato avaliará a qualidade dos serviços prestados mensalmente, na forma do Anexo II;

7.8 As decisões e ocorrências que perpassem a competência e poder de decisão do fiscal do contrato deverão ser levadas ao conhecimento do gestor contratual, papel exercido pelo Gerente de Logística da TELEBRAS.

## **8. OBRIGAÇÕES DA TELEBRAS (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)**

8.1 A CONTRATANTE deverá cumprir as obrigações listadas a seguir:

8.1.1 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência, o Edital e seus ANEXOS;

8.1.2 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA ao local de execução dos serviços;

8.1.3 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;



8.1.4 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

8.1.4.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

8.1.4.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

8.1.4.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

8.1.5 Impedir que terceiros estranhos ao contrato executem o serviço;

8.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.7 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN 05/2017 SEGES/MPDG;

8.1.9 Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades executadas pela CONTRATADA;

8.1.10 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação de serviços, para que seja substituído ou corrigido, fixando prazo para sua substituição ou correção;

8.1.11 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal, especialmente designado, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato;

8.1.12 A fiscalização de que trata este item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da TELEBRAS ou de seus empregados, conforme art. 76 da Lei 13.303 de 2016;

8.1.13 O representante da TELEBRAS anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.14 Exigir o afastamento ou substituição nos prazos estipulados, de qualquer empregado da CONTRATADA ou Preposto cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial e inconveniente à execução dos serviços ou às normas da TELEBRAS;

8.1.15 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

8.1.16 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.17 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços, conforme previsto no art. 64 da IN 05/2017 SEGES/MPDG;

8.1.18 Autorizar a devolução da garantia à CONTRATADA, após o encerramento do contrato, nas condições estabelecidas na IN 05/2017 SEGES/MPDG.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)**





9.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	Infração em caso de descumprimento
9.1.1. Admitir, administrar, coordenar e avaliar, sob sua exclusiva responsabilidade, os profissionais necessários à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;	GRAVE
9.1.2. Designar formalmente um Preposto com poderes para operacionalizar o Contrato, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento e responsabilizar-se por todos os profissionais alocados aos serviços;	MEDIA
9.1.3. Garantir a execução dos serviços, de acordo com as normas específicas vigentes, sem interrupção, substituindo, sem ônus para a TELEBRAS, a ausência de qualquer prestador de serviço, independentemente do motivo;	GRAVE
9.1.4 Manter os prestadores de serviço nos horários predeterminados pela TELEBRAS;	GRAVE
9.1.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;	GRAVISSIMA
9.1.6. Substituir, imediatamente, por empregado registrado, qualquer empregado, no caso de ausência, seja qual for o motivo (falta justificada ou não, férias, licença etc.), de maneira a manter sempre a cobertura dos postos de trabalho e não prejudicar o andamento e a continuidade dos serviços, comunicando antecipadamente à CONTRATANTE;	GRAVE
9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;	GRAVE
9.1.8. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para cobertura do trajeto entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, incluindo nos casos de paralisação de transportes coletivos superior a 02 (dois) dias, sem prejuízo da glosa correspondente aos dias de ausência;	GRAVE
9.1.9. Capacitar à equipe de profissionais alocada aos serviços previstos neste Termo de Referência, sempre que se fizer necessário, considerando a evolução ou mudança metodológica ou tecnológica, cabendo à TELEBRAS esta definição;	LEVE
9.1.10 Transmitir aos seus profissionais as informações atinentes às atividades oriundas da contratação, obtidas junto à TELEBRAS;	LEVE
9.1.11. Manter os profissionais alocados aos serviços devidamente identificados e uniformizados, fornecendo, o conjunto de uniformes completo ao iniciar o Contrato e a cada ano, substituindo-o ou a qualquer	



tempo a pedido da TELEBRAS, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários, no caso de omissão da obrigatoriedade de fornecimento de uniformes no Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;	MEDIA
9.1.12 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem à TELEBRAS, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e responsabilidades decorrentes;	GRAVE
9.1.13. Fornecer todos os equipamentos necessários à execução, e controlar, em conjunto com a TELEBRAS, os materiais e bens sob sua guarda, responsabilizando-se por danos e extravios a que deu causa, ficando obrigada ao ressarcimento respeitada a identidade dos objetos;	GRAVE
9.1.14. Acatar as recomendações da fiscalização da TELEBRAS, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados;	GRAVE
9.1.15. Comunicar à TELEBRAS, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários;	LEVE
9.1.16. Assumir todos os encargos fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a TELEBRAS;	GRAVE
9.1.17. Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do Contrato;	GRAVE
9.1.18. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho;	GRAVE
9.1.19. Impedir que os seus empregados se pronunciem em nome da TELEBRAS;	GRAVE
9.1.20. Manter sob sigilo, não divulgando dados, informações, documentos e processos aos quais tiver acesso em decorrência da execução dos serviços;	GRAVE
9.1.21. Cumprir os prazos estabelecidos para as atividades definidas neste Termo de Referência;	GRAVE
9.1.22. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências;	LEVE
9.1.23. Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade Fiscal e obrigações trabalhistas e previdenciárias;	GRAVE
9.1.24. Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos neste Termo de Referência;	LEVE
9.1.25. Pagar os salários e entregar o vale-transporte, vale-alimentação e vale-refeição nas datas legais e regulamentares. O atraso no pagamento de fatura por parte da TELEBRAS, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos salários e disponibilização dos benefícios aos prestadores de serviços nas datas regulamentares;	GRAVISSIMA
9.1.26. Implantar, após a assinatura do Contrato, a mão-de-obra nos respectivos postos determinados pela TELEBRAS, informando, em	





tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido neste Termo de Referência;	GRAVE
9.1.27. Viabilizar o acesso de seus empregados via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;	GRAVE
9.1.28. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;	GRAVE
9.1.29. Oferecer todos os meios necessários aos empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato;	GRAVE
9.1.30. Encaminhar à TELEBRAS, mensalmente, a folha de pagamento juntamente com os recibos de pagamento dos seus empregados alocados na sede da TELEBRAS;	GRAVE
9.1.31 Apresentar, mensalmente ou em outra periodicidade, conforme o caso, em observância às disposições da IN 05/2017 SEGES/MPDG, ANEXO VIII-B, as informações e/ou documentos listados abaixo:	GRAVE
a) nota Fiscal/Fatura;	GRAVE
b) comprovante de pagamento dos salários, referentes aos serviços prestados, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;	GRAVE
c) comprovantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados conforme dispõe o § 3º, do artigo 195, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;	GRAVE
d) comprovante da entrega tempestiva dos vales alimentação, transporte e efetiva disponibilização de plano ambulatorial, assistência odontológica, seguro de vida e outros mais constantes na convenção coletiva de trabalho adotada aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, sem o que não serão liberados os pagamentos das referidas faturas;	GRAVE
e) comprovante do pagamento do 13º salário aos empregados alocados na execução dos serviços contratados;	GRAVE
f) comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;	GRAVE



g) encaminhamento das informações trabalhistas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados exigidos pela legislação, por meio do eSocial, tais como a RAIS e a CAGED;	GRAVE
h) cumprimento das demais obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e	GRAVE
i) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.	GRAVE
9.1.32. Entregar a Nota Fiscal no protocolo geral da Telebras. Poderá ser enviada previamente cópia da Nota Fiscal por e-mail para verificação e validação pelo Fiscal do Contrato;	LEVE
9.1.33. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual até o 5º dia útil, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.	GRAVISSIMA
9.1.34. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;	GRAVISSIMA
9.1.35. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;	GRAVE
9.1.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, conforme disposto no art. 81, inciso VI da lei nº 13.303 de 2016.	GRAVE
9.1.37. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, conforme disposto nos art. 64 e 65 da IN 05/2017 SEGES/MPDG.	GRAVE
9.1.38. Autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos	



salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.	GRAVISSIMA
9.1.39 Providenciar, antes do início da execução do contrato, abertura de conta-depósito vinculada, conforme preconizado no Anexo XII da IN 05/2017 SEGES/MPDG.	GRAVE
9.1.40. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da IN 05/2017 SEGES/MPDG, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.	GRAVISSIMA
9.1.41 No caso de liberação de valores da conta-depósito vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas, conforme disposto no anexo XII da IN 05/2017 SEGES/MPDG, item 12.	GRAVISSIMA
9.1.42 Manter responsável em Brasília-DF com poderes para resolver os problemas provenientes da execução do contrato ou filial/representação com atuação no segmento, no prazo máximo de sessenta dias da assinatura do contrato, no caso de empresa sediada em outra unidade da federação.	GRAVE
9.1.43 Manter a fiscalização contratual informada quanto às eventuais mudanças de preposto, endereço, telefone e e-mail.	GRAVE

## **10. GERENCIAMENTO DE RISCOS RELACIONADOS AO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA B)**

10.1 Os riscos inerentes a contratação constam no Anexo III.

## **11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS NA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA C)**

11.1 A TELEBRAS ajustará o valor a ser pago à CONTRATADA de acordo com o cumprimento ou não do contrato dentro dos padrões estabelecidos. Desta forma, serão descontados das faturas percentuais, sempre que não for cumprido o especificado no Anexo II;

11.2 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

11.3 O processamento das glosas não impede a instauração concomitante de procedimento para aplicação de penalidade, quando cabível.

## **12. DAS SANÇÕES (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA D)**

12.1 De acordo com o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.1.2 Advertência;



12.1.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

12.1.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.2 Neste sentido, durante a execução do contrato, o descumprimento das obrigações da Contratada poderá gerar as seguintes sanções:

12.2.1 Advertências serão aplicadas nas hipóteses de ocorrências de infrações leves ou médias.

12.2.2 Multas serão aplicadas nas hipóteses de infrações médias, infrações graves ou gravíssimas, podendo ser combinadas com as demais sanções cabíveis.

12.2.3 A suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 02 (dois) anos será aplicada no caso de reincidência de infração grave ou na ocorrência de infração gravíssima.

12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

12.4 A reincidência de ocorrência de uma mesma infração diversas vezes poderá elevar seu grau de severidade.

12.5 Ressalta-se que as glosas previstas no item 11 deste Termo de Referência não constituirão sanção administrativa em si, não havendo obrigatoriedade de registro no SICAF. No entanto, reiteradas avaliações ruins dos serviços prestados poderão ser caracterizados como descumprimento de obrigação da CONTRATADA, resultando em advertência, multa ou demais sanções.

12.6 Nos casos de descumprimento de obrigações que não possuam o valor da parcela inadimplida bem definido, poderá ser aplicada multa compensatória no valor de 0,25% a 2% do valor total do contrato, a depender da gravidade da infração cometida ou do prejuízo causado à TELEBRAS.

12.7 No caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.7.1 Advertência;

12.7.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

12.7.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos

12.7.4 Também poderá ser aplicada a suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a CONTRATADA que:

12.7.4.1 apresentar documentação falsa;

12.7.4.2 comportar-se de modo inidôneo;

12.7.4.3 fizer declaração falsa;

12.7.4.4 cometer fraude fiscal;

12.7.4.5 falhar ou fraudar na execução do objeto;

12.7.4.6 ensejar o retardamento da execução do objeto;



12.7.4.7 praticar ato tipificado como crime, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.8 Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções de advertência, suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) por inexecução das obrigações assumidas, sobre o valor da parcela inadimplida.

12.9 No caso de não-recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da imputação, a TELEBRAS poderá, nesta ordem:

12.9.1 descontar o valor da multa da garantia do respectivo contrato;

12.9.2 descontar o valor da multa dos pagamentos eventualmente devidos pela TELEBRAS, na hipótese garantia possuir valor inferior à multa;

12.9.3 não sendo viável a aplicação das regras das alíneas anteriores, será cobrada judicialmente.

12.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.11 As sanções tratadas neste tópico não impedem a aplicação de sanções de natureza penal, as quais observarão, no que couber, as normas contidas nos Art. 337-E a Art.337-P do Código Penal.

### **13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (RELIC, ART. 24, INCISO VII)**

13.1 Tendo em vista a natureza comum dos serviços a serem contratados e o seus valores, o objeto deste Termo de Referência será contratado mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000; e lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

### **14. . HABILITAÇÃO TÉCNICA (RELIC, ART. 24, INCISO VIII, ALÍNEA A)**

14.1 Para comprovação da qualificação técnica, referente ao objeto deste Termo de Referência as Licitantes deverão apresentar:

14.1.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove(m), haver prestado ou estar prestando serviço com características semelhantes ou superiores ao objeto deste Termo de Referência, que deverão atestar experiência mínima de 2 (dois) anos e a inexistência de qualquer fato desabonador em relação ao licitante, ficando reservado à TELEBRAS o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

14.1.1.1 Considerar-se-á serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência, atestados que comprovem a prestação de serviço de carregadores que totalizem pelo menos 2 (dois) postos de trabalho na função, com duração mínima de 1 (um) ano em cada posto.

14.1.1.2 Somente será aceito atestado expedido após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução.

14.1.1.3 Para a comprovação do tempo de experiência, os interessados poderão apresentar somatório de atestados que totalizem o período de 2 (dois) anos, não havendo obrigatoriedade que o período seja ininterrupto.

14.1.2 Caso a área técnica entenda necessário, a licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais/faturas, notas de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.



**15. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (RELIC, ART. 24, INCISO VIII, ALÍNEA D)**

15.1 A presente **licitação será do tipo menor preço**, atendidas as especificações, constantes neste Termo de Referência.

15.2 Os interessados deverão apresentar sua proposta de preços de acordo com o MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS, Anexo IV deste Termo de Referência.

15.2.1 Caso a licitante opte por não cotar os benefícios, Plano de Saúde, Auxílio Odontológico, Seguro de Vida e lograr vencedora do certame, ressaltamos que posteriormente não poderá solicitar a inclusão dos benefícios em eventual repactuação contratual e terá que arcar com este custo durante toda a execução do contrato e comprovar a disponibilização dos respectivos benefícios aos prestadores de serviços.

**16. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO IX E ART. 85, INCISO II)**

16.1 Tendo em vista que este Termo de Referência utilizará o MENOR PREÇO como critério de julgamento, a estimativa de preços será sigilosa.

16.2 Vale destacar que o preço de referência foi baseado em pesquisa de mercado utilizando empresas de mercado e preços públicos por meio da ferramenta banco de preços: <https://www.bancodeprecos.com.br/>.

16.3 Ressalta-se que o preço referência é decorrente de pesquisa realizada pela gerência demandante da solução, assim como, por pesquisa realizada pela Gerência de Compras e Contratos.

**17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (RELIC, ART. 29, INCISO I)**

17.1 O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o previsto no art. 71 da Lei nº 13.303 de 2016 e no art. 119 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS.

**18. DO PAGAMENTO**

18.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA, num prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura correspondente a cada mês de prestação de serviço prestado, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência do Banco indicado pela empresa;

18.2 A Nota Fiscal/Fatura emitida, após a conclusão do serviço mensal, deverá estar acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios do mês referente:

18.2.1 Comprovantes de pagamento dos salários, benefícios (auxílio transporte, alimentação, plano de saúde, auxílio odontológico, seguro de vida), bem como folhas de frequência dos funcionários, referentes ao mês indicado na nota fiscal, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes referentes ao mesmo mês da folha de frequência apresentada, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;

18.2.2 Comprovantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados conforme dispõe o § 3º, do artigo 195, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;

18.2.3 Comprovante dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, da entrega dos vales alimentação e transporte (pagos com a devida antecedência), sem os quais não serão liberados os pagamentos das referidas faturas.





18.3 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos ao Licitante Vencedor para as correções necessárias, não respondendo a TELEBRAS por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

18.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta.

18.5 A Nota Fiscal contemplará exclusivamente todos os serviços devidamente concluídos pela CONTRATADA.

18.6 A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da CONTRATADA para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e /ou outras de responsabilidade desta última.

18.7 Será destacado do valor mensal a ser pago e depositado pela TELEBRAS em Conta-Depósito Vinculada, em consonância com o item 2 do Anexo XII da IN 05/2017 SEGES/MPDG, o somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

## 19. DO FATURAMENTO

19.1 O faturamento deverá ser realizado na Sede da TELEBRAS, conforme dados informados abaixo, devendo o documento de pagamento ser entregue no protocolo da TELEBRAS, dentro do período de recebimento de documentos de cada mês (o calendário fiscal será informado quando da assinatura do contrato), acompanhado dos comprovantes de pagamento de salários, obrigações trabalhistas, sociais e demais encargos devidos aos prestadores de serviços.

19.2 Endereço para faturamento e entrega do documento de pagamento:

19.2.1 Sede Brasília: Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175, Bloco A - Sala 218 - Edifício Capital Financial Center. CNPJ TELEBRAS: 00.336.701/0001-04.

## 20. DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA

20.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE deverá depositar, mensalmente, em conta-depósito vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução do Contrato, em consonância com os dispostos na IN 05/2017 SEGES/MPDG, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores.

20.2 O montante dos depósitos da conta vinculada deverá ser depositado conforme item 2 do Anexo XII da IN 05 /2017 SEGES/MPDG e será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações.

20.2.1 13º (décimo terceiro) salário;

20.2.2 Férias e um terço constitucional de férias;

20.2.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

20.2.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.



20.3 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 SEGES/MPDG.

20.4 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o a TELEBRAS e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.5 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.6 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.7 A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato a ser celebrado.

20.8 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.9 A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

20.10 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.11 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## **21. REAJUSTE, REPACTUAÇÕES E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

21.1 Os preços contratados poderão ser repactuados e/ou reajustados, conforme o caso, mediante negociação entre as partes, observada o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

21.2 A parcela da mão de obra será repactuada, observando-se o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

21.3 Para os fins de repactuação, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

21.4 Caberá à CONTRATADA, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar junto à solicitação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo do CONTRATO, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pela TELEBRAS.



21.5 Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

21.6 O quantitativo do objeto deste contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25%, desde que em comum acordo entre as partes, conforme art. 81, §1º e §2º da lei 13.303 de 2016.

## **22. DA GARANTIA DO CONTRATO**

22.1 Para segurança do integral cumprimento do contrato, inclusive multa eventualmente aplicada, será exigida da CONTRATADA garantia, a qual será escolhida a seu critério, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação da TELEBRAS.

22.2 A CONTRATADA poderá escolher qualquer uma das modalidades previstas no § primeiro do Artigo 70 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, conforme descrito a seguir:

22.2.1 Caução em dinheiro;

22.2.2 Seguro-garantia;

22.2.3 Fiança bancária.

22.3 A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

22.4 A garantia ficará sob a responsabilidade da Gerência de Compras e Contratos da TELEBRAS. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela TELEBRAS, mediante correspondência entregue com recibo.

22.5 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída, atualizada monetariamente, na hipótese de ter sido apresentada sob a forma caução em dinheiro e, em todos os casos, em até 03 (três) meses após a execução do contrato, conforme previsto no § 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, amparado no §4º do art. 70 da Lei nº 13.303 de 2016.

## **23. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

23.1 O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de judicialização do ato, no caso de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, sujeitando à CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento, e em especial por:

23.1.1 Reiterado descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;

23.1.2 Paralisação dos serviços sem justa causa;

23.1.3 Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato, registradas em advertência;

23.1.4 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento;

23.1.5 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

23.2 Em qualquer das hipóteses acima referidas, o contratado deverá reparar, integralmente, os prejuízos causados à TELEBRAS, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, que poderão ser aplicadas no todo ou em parte, a critério exclusivo da TELEBRAS.

## **24. DA RESILIÇÃO**



24.1 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a extinção do instrumento contratual, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

## **25. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

25.1 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

25.2 A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

25.3 Orientar seus empregados a fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

25.4 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

25.5 A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 6º, no que couber.

## **26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

26.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da TELEBRAS à continuidade do contrato.

## **27. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

27.1 Em face da baixa complexidade dos serviços a serem contratados por este Termo de Referência não será admitida a participação de consórcio e subcontratação do objeto.

## **28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

28.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento Anual, a cargo da TELEBRAS, cujo elemento de despesas específica constará no respectivo instrumento contratual.

## **29. DO FORO**

29.1 O foro competente para dirimir questões relativas ao Contrato é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

## **30. ANEXOS**

30.1 Lista de anexos:

30.1.1 Anexo I - Equipamentos;

30.1.2 Anexo II - Acordo de nível de serviço;

30.1.3 Anexo III - Gerenciamento de riscos;



30.1.4 Anexo IV - Modelo de planilha de preços.

30.1.5 Anexo V - Uniformes

Brasília, 04 de novembro de 2024.

**RAPHAEL BLANCO LOMBARDI**  
Especialista Gestão de Telecomunicações  
Gerência de Logística

**IGOR FELIPE DE OLIVEIRA ARAÚJO**  
Gerente de Logística  
Gerência de Logística

